

Moreira Alves admite a Constituinte exclusiva

BRASÍLIA — O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, admitiu ontem que a Constituinte não encontrará em qualquer texto legal obstáculo à aprovação e promulgação imediata de artigos que revoguem parcialmente a atual Constituição. Isto poderia significar, por exemplo, a aprovação em plenário e promulgação imediata da proposta de uma Constituinte exclusiva defendida pela bancada do PMDB na Câmara.

Moreira Alves, que hoje preside a sessão de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, não quis comentar especificamente qualquer questão mais polêmica levantada nos últimos dias no Congresso, mas afirmou que prevê dificuldades de ordem jurídica a curto prazo. Por isso, furtou-se a qualquer comentário sobre a proposta do PMDB ou sobre o acúmulo de cargos pelo Deputado Ulysses Guimarães.

— Tudo isso pode parar ainda no STF e não posso adiantar opinião — afirmou Moreira Alves.

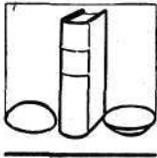
O Ministro explicou que a tradição indica como melhor caminho a promulgação do novo texto constitucional no seu todo e não parcialmente. E acrescentou que até que isso ocorra prevalece o texto da Constituição atual. Os temas polêmicos incomodam Moreira Alves apenas como magistrado que poderá ter que julgá-los mais tarde. Como Presidente da sessão de instalação da Constituinte e da que elegerá seu Presidente, ele se sente bastante à vontade.

Ele entende que seu trabalho no Poder Legislativo se esgota logo após a condução dos trabalhos de instalação da Assembleia e da eleição de seu Presidente. Tudo mais é questão para que os Constituintes — investidos desse poder ainda na manhã de hoje — decidam.

Moreira Alves admite também que se for aprovada a proposta de uma Constituinte exclusiva, como quer o PMDB, os Senadores eleitos em 82 (com mandato até 88) e que não se submeteram às urnas no último pleito, tornam a situação "delicada".

— Muitas questões serão polêmicas e complexas, sem dúvida.

O Presidente do STF disse que a eleição de Ulysses para a Presidência da Câmara em nada prejudicará a sessão de eleição do Presidente da Constituinte. Admitiu, porém, que uma questão de ordem deverá ser levantada durante a sessão de eleição do Presidente da Assembleia, arguindo a inconstitucionalidade do acúmulo de cargos por Ulysses, que participará da eleição de Presidente da Constituinte já eleito Presidente da Câmara.



No gabinete de Carlos Chiarelli, os Senadores todas analisam as formas de impedir a paralisação do Senado

Senado decide lançar mão de todos os recursos para poder funcionar

BRASÍLIA — O Senado usará todas as situações legais e institucionais possíveis — como a eleição da Mesa diretora, hoje pela manhã — para não correr o risco de não funcionar ou entrar em recesso durante a Constituinte. Isto ficou acertado ontem de manhã, numa reunião no gabinete do Senador Carlos Chiarelli, do PFL, com a presença de Jarbas Passarinho, do PDS, Humberto Lucena, do PMDB, virtual Presidente da Casa, e mais nove Senadores.

Logo após a eleição da Mesa, o Senador Jarbas Passarinho apresentará um projeto de resolução alternando o regimento interno do Senado, que deverá funcionar duas vezes por semana para votar matérias de urgências. Se houver questões de ordem durante as sessões, impedindo a votação, poderá haver recurso ao Su-

premo Tribunal Federal (STF), para garantir a continuidade dos trabalhos.

O Senador Carlos Chiarelli, Líder do PFL, abriu mão de um cargo na Mesa para não criar um clima que pudesse transferir ao Senado a agitação e desentendimento vividos pela Câmara. De acordo com ele, o Senado poderá ser convocado extraordinariamente durante o recesso de fevereiro.

Os Senadores estavam muito preocupados em preservar os trabalhos do Senado. Humberto Lucena tranquilizou-os dizendo que, de parte de sua bancada de 45 Senadores, se quatro deles aderissem à proposta da bancada da Câmara seria "um sucesso". O Senado vai preservar a sua Mesa e seu funcionamento a qualquer custo e, no curso da reunião, pôde ser ouvida a expressão "crise

institucional.

Sobre isto, logo após, o Senador Chiarelli declarou:

— Há condições de tranquilidade para se fazer uma Constituição. Quem veio com intenção de cassar mandatos e tirar o poder de fiscalização do Legislativo está criando o caos e não a ordem necessária. Se for preciso, nós defenderemos a instituição com todos os instrumentos jurídicos legítimos.

Os Senadores consideram a tentativa da bancada do PMDB na Câmara, de não eleger as Mesas da Câmara e Senado, como inconstitucional. É geral a opinião de que a atual Constituição deve vigir até a promulgação da nova. E foi com base na atual que a Constituinte foi convocada e os Deputados e Senadores eleitos.

Lysâneas Maciel é escolhido como anticandidato

BRASÍLIA — "A rebelião das consciências". Utilizando esta frase antiga de Ulysses Guimarães, um grupo de Deputados dos mais diversos partidos lançou, ontem, o nome do Deputado Lysâneas Maciel, PDT-RJ, como anticandidato à Presidência da Mesa da Constituinte.

Lysâneas aceitou a indicação e conta com apoio de vários Deputados do PMDB, entre eles Cristina Tavares, adeptos da candidatura de Fernando Lyra e membros do antigo

grupo do "MDB autêntico".

A idéia do anticandidato transitou, primeiro, entre os pequenos partidos, por proposta de Haroldo de Lima, Líder do PC do B. Mas ontem já havia ganhado um maior espaço, atingindo setores descontentes do próprio PMDB.

A candidatura de Lysâneas Maciel, de início, pretende ocupar um espaço político na sessão que elegerá o Presidente da Constituinte, provo-

cando pronunciamentos dos candidatos e dos Líderes de todos os partidos. Para o Deputado José Genoíno (PT-SP), um dos articuladores da anticandidatura, o PMDB abriu uma pequena brecha ao propor uma Constituinte exclusiva. "Agora vamos tentar escancarar mais ainda este espaço", disse.

A ironia, para os pequenos partidos, é que este anticandidato se contrapõe a um ex-anticandidato, o próprio Ulysses Guimarães.

Arinos avisa: Exclusividade depende de nova emenda

BRASÍLIA — O Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) disse ontem que a Constituinte exclusiva só é possível, juridicamente, com a aprovação de uma emenda constitucional, votada por dois terços de deputados e senadores, alterando a emenda que convocou a Assembleia. No almoço de que participou ontem, na casa do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, Arinos se declarou preocupado com a decisão da bancada federal do PMDB e repetiu: "Acho isso muito estranho, muito estranho".

Arinos recebeu um telefonema do Presidente Sarney e saiu pouco depois, sem dizer para onde ia.

— Se a moção for aprovada, será criado um desequilíbrio institu-

cional muito grave. Se a Câmara suspender a eleição de sua Mesa Diretora, terá pela frente um fato consumado, que é a eleição da Mesa do Senado — disse.

Arinos ressaltou que a emenda que convocou a Constituinte "é muito clara ao dizer que os constituintes, antes de mais nada, são deputados e senadores". E acrescentou:

— Mas se a decisão da exclusividade foi viabilizada politicamente, no meu entender, caberá ao Supremo Tribunal Federal dirimir a questão. Eu entendo, e creio que o STF também entenderia assim, que a Câmara não pode sobrepor-se à Constituinte, decidindo sem a participação dos senadores eleitos em 86 e 82.

Pequenos partidos querem falar na sessão de abertura

BRASÍLIA — Inconformados com o programa da sessão inaugural da Assembleia Constituinte, que não prevê outros discursos além do que será proferido pelo Presidente do STF, Ministro Moreira Alves — que presidirá os trabalhos de instalação —, os pequenos partidos passaram todo o dia de ontem se articulando para garantir a cada Líder o direito de falar por cinco minutos.

Líderes do PDS, PDT, PT, PTB, PC do B, PDC e PL reuniram-se logo cedo para discutir o assunto e chegaram à conclusão de que a instalação da Constituinte perderia muito do seu brilho e dimensão se os partidos com representação no Congresso Nacional não se pronunciassem. Os Líderes desses partidos estão dispostos a recorrer a Moreira Alves, caso os entendimentos com o PMDB sejam infrutíferos.

Na tarde de sexta-feira, o Líder do PDT, Brandão Monteiro, procurou Moreira Alves para se inteirar dos procedimentos que serão adotados na sessão de hoje. Segundo ele, o PDT não foi informado de nada. Recebeu apenas o convite formal para a sessão de instalação e a programação oficial. O Presidente do STF disse a Brandão que não recebeu qualquer orientação da Câmara para conduzir os trabalhos e decidiu seguir o Regimento Comum do Congresso. E quer uma sessão rápida.

— Não podemos permitir que a Constituinte se instale como um congressinho qualquer — disse o Deputado Bonifácio de Andrada (MG),

que representou o PDS na reunião. — O Presidente do STF está ali para cumprir formalidades protocolares. Se Moreira Alves seguir o Regimento Comum, não teremos direito de falar. Se o Moreira quer uma sessão rápida, é porque não quer discursos e não quer confusão. O Planalto e os comandos responsáveis do PMDB soltaram a Assembleia Constituinte e agora estão com medo dela.

Os Líderes dos pequenos partidos estão preocupados também com a sessão que vai eleger o Presidente da Constituinte. Enquanto o PDS, PCB, PL e PDC querem eleger o Presidente o mais rápido possível, para que a Assembleia passe a funcionar efetivamente, os demais partidos defendem a elaboração de um regimento provisório que oriente os trabalhos nessa sessão.

A Líder do PT, Deputada Irma Passoni (SP), insistiu na necessidade de o Regimento definir questões de ordem técnica, como, por exemplo, a da votação.

No fim da reunião, os pequenos partidos concordaram que, apesar de ser impossível a formação de um bloco interpartidário que reúna correntes políticas tão heterogêneas, eles deverão trabalhar juntos em algumas questões, durante a Constituinte, para não serem esmagados pelo que classificaram de "rolo compressor do PMDB".

— Se não juntarmos as nossas forças, seremos esmagados pelo PMDB — disse Roberto Freire, do PCB.